

# 'Falar de Amílcar Cabral é falar da luta do povo'

INTERVENÇÃO DA FRELIMO NO SIMPÓSIO EM HOMENAGEM  
AO CAMARADA AMILCAR CABRAL

Conakry, 31 de Janeiro de 1973

Camarada Ahmed Sekou Touré, Secretário Geral do PDG e Presidente da República da Guiné,  
Camaradas e companheiros de armas do PAIGC,  
Ilustres delegados e amigos,

Magoados e com lágrimas, convosco viemos inclinar-nos perante o corpo do nosso amigo, camarada e companheiro de armas Amílcar Cabral.

Enlutados nós também, viemos apresentar as nossas condolências ao povo da Guiné Bissau e Cabo Verde, ao PAIGC, à companheira Ana Maria Cabral e à família do nosso camarada Amílcar Cabral.

As nossas condolências apresentamo-las ainda ao camarada Sekou Touré, e ao PDG, companheiros de armas da Revolução na Guiné Bissau e Cabo Verde e na África, e a todos os revolucionários africanos e do mundo, porque todos perdemos um combatente das nossas fileiras.

Pouco a pouco se desfazem os contornos humanos de Amílcar Cabral, a voz quente, fraternal e irónica, o dinamismo de cada gesto, a simpatia irradiante que conquistava o coração dos mais hostis, a perceptividade aguda do mundo, o brilho duma inteligência refinada e culta ao serviço do Povo. Em contrapartida afirmam-se os traços da sua obra, aquilo que criou e lhe deu a envergadura para entrar como personagem maior na história do nosso continente e da humanidade.

Não é a morte, mero fatalismo biológico, que nos reúne aqui. Viemos, porque a vida de Cabral, o seu pensamento e a sua acção, a sua vontade e energia, materializando-se no PAIGC, incarnando a humilhação, o ódio, a vontade de liberdade dum Povo inteiro, transformou completamente a realidade histórica da Guiné Bissau e Cabo Verde.

Há dez anos atrás, poucos no mundo poderiam conhecer a Guiné Bissau e Cabo Verde. Estes apareciam como pontos vagos da presença colonial portuguesa no nosso continente.

Foi a luta, a unidade do Povo no seu combate, que desferindo golpes poderosos ao inimigo, não só permitiu que o povo fosse a sua personalidade, como também se afirmasse no plano internacional. É isto que as balas disparadas pelos agentes da PIDE contra Amílcar Cabral, ou as bombas assassinas largadas pelos aviões da OTAN contra o Povo, nunca poderão atingir.

Falar de Amílcar Cabral, homenagear Amílcar Cabral, é pois falar da luta do Povo, falar do seu grande partido o PAIGC, falar do combate exemplar, que duma maneira exemplar ele dirigiu.

A luta, para ser vitoriosa, requer como exigência fundamental, a unidade das forças oprimidas.

Amílcar teve a visão genial de compreender e assumir, de materializar operacionalmente a unidade histórica dos Povos da Guiné Bissau e Cabo Verde.

Para além das divisões e contradições implantadas e estimuladas pelo colonialismo, Amílcar Cabral soube fazer compreender às largas massas que a Guiné Bissau e Cabo Verde, com raízes históricas idênticas e associadas à mesma experiência de sofrimentos e humilhação, deviam unir os seus destinos, combinar as suas energias e ódio, para liquidar a opressão portuguesa, adquirir a sua personalidade e construir um novo futuro.

Com a criação do PAIGC, em 19 de Setembro de 1956, com a sua luta, a palavra "Povo", a liberdade e a dignidade foram redescobertas na Guiné Bissau e em Cabo Verde.

Homem da unidade do Povo da Guiné Bissau e Cabo Verde, Amílcar Cabral soube também compreender e defender uma visão mais vasta da luta. É assim que o encontramos como pioneiro do movimento de unidade entre os Povos das colónias portuguesas, um dos fundadores, em Abril de 1961, da Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas (CONCP).

A CONCP concretiza a experiência comum de sofrimentos e exploração dos Povos de Angola, Guiné Bissau e Cabo Verde, Moçambique e S. Tomé e Príncipe.

Ela afirma a personalidade africana dos nossos Povos, a sua determinação em aceitar todos os sacrifícios para adquirirem a sua liberdade.

Combatente da unidade no plano nacional e no plano das colónias portuguesas, Amílcar Cabral foi também, no plano internacional, um militante ardente da unidade das forças progressistas mundiais, um verdadeiro internacionalista.

Em todos os continentes ele elevou a sua voz eloquente, ele pôs a sua inteligência brilhante ao serviço do combate dos Povos oprimidos, da Guiné Bissau e Cabo Verde, de Moçambique e de Angola, de S. Tomé e Príncipe, da Indochina e da África do Sul, do Zimbábue, da Namíbia, da Palestina, de todos os Povos.

A unidade que Amílcar Cabral defendeu intransigentemente, adquiriu a sua verdadeira dimensão, quando com coragem ele soube fazer da unidade um instrumento operante, a força motriz do desencadeamento da luta armada, a única via para a solução do conflito que nos opõe ao colonialismo português.

A luta armada por sua vez, também cria as condições para o reforço e desenvolvimento da unidade.

O desencadeamento da luta armada como mudança radical de situação exige do dirigente uma visão genial, um grande talento político, uma enorme capacidade organizativa de comunicar às massas.

Amílcar Cabral que vimos como homem da unidade, aparece-nos a partir dos inícios de 1963 como o homem da luta armada dos Povos da Guiné Bissau e Cabo Verde.

A luta armada, contrariamente ao que alguns podem pensar, não é um simples processo de disparar tiros, de ordenar forças num campo de batalha.

Tendo em conta as relações de forças existentes nas nossas terras, a existência dum inimigo impiedoso, astuto, organizado, bem equipado, com uma experiência secular de guerras de agressão, face às nossas massas camponesas, desarmadas, vítimas do obscurantismo, privadas de iniciativa durante a longa dominação colonial, mais do que nunca a luta armada é um processo eminentemente político.

Trata-se para nós, de mobilizar e organizar as vastas massas, libertar a sua energia criadora, para progressivamente transformar o nosso potencial humano em força que esmaga o inimigo.

A guerra popular prolongada aparece pois como um instrumento de mobilização das largas massas camponesas das nossas pátrias.

Vemos assim na Guiné Bissau o PAIGC desencadear a luta nas zonas rurais, e graças a ela, mobilizar massas crescentes, aumentar os seus efectivos combatentes, até se tornar na força militar superior que destrói o exército português.

É esta luta que destruindo o Estado colonial, os seus fundamentos e instrumentos de dominação, cria as bases para o aparecimento duma nova situação: a da criação, sobre as ruínas do Estado colonial, dum novo poder, o poder popular. A criação das zonas libertadas fornece a base material para a transformação da luta de libertação anti-colonial em luta revolucionária, luta para a implantação de novas estruturas políticas, económicas, sociais e culturais que exprimem o poder total das massas sobre a totalidade da sociedade.

Para além do sucesso militar que demonstra a libertação de parcelas do território, a importância fundamental das zonas libertadas crescentes de Angola, Guiné Bissau e Moçambique reside no processo de transformação que aí se opera.

Em Janeiro de 1966, Amílcar Cabral definia que "o objectivo da libertação nacional é a reconquista deste direito usurpado pelo imperialismo, a saber, a libertação do processo de desenvolvimento das forças produtivas nacionais".

As novas instituições, o aparelho nascente do Estado, a nova organização da produção e do comércio, a criação dum ensino e serviços sociais, que nos seus objectivos e métodos servem incondicionalmente e exclusivamente os interesses das massas populares, libertam definitivamente o processo de desenvolvimento interno, o processo histórico bloqueado pelo colonialismo.

São estas instituições, estas estruturas que tornam irreversível a libertação nacional. É por isso que mesmo quando uma

concentração brutal de forças inimigas consegue invadir uma zona, esta penetração é extremamente temporária e a breve tempo o inimigo é forçado a retirar-se.

Amílcar Cabral, homem que assumiu a unidade e que a tornou operante fazendo desencadear a luta armada, aparece-nos ainda como o homem da reconstrução nacional, o homem da implantação das estruturas do novo poder.

Assim se completava o processo de aquisição da personalidade do Povo da Guiné Bissau e Cabo Verde, a que faltava a sanção internacional do reconhecimento jurídico da realidade existente.

É neste contexto que surge o assassinato brutal de Amílcar Cabral. O governo colonial português constatava a eminência da sua derrota, o desmoronamento da sua acção militar. O imperialismo via com angústia o aparecimento de mais uma base anti-imperialista, que pela sua localização estratégica lhe diminuiria a sua margem de manobra contra a revolução africana.

O fracasso vergonhoso da agressão contra a República da Guiné, rectaguarda estratégica e fonte de inspiração para os combatentes da Guiné Bissau e Cabo Verde e da África, a liquidação da quinta coluna na Guiné, forçaram o inimigo a procurar novos métodos desesperados.

Atingindo o PAIGC, atingindo a Guiné Bissau, enfraquecer-se-ia a República da Guiné, Moçambique e Angola. Destruindo-se o combate do PAIGC isolar-se-ia numa certa medida a revolução guineense, libertar-se-iam efectivos e material para



combater em Moçambique e Angola.

É este o verdadeiro sentido do assassinato cobarde e odioso de Amílcar Cabral.

Mas é aqui também que devemos dizer que o inimigo foi derrotado. O combate continua, apenas um homem, embora gigante, morreu.

Compete-nos tirar as lições.

Amílcar Cabral não morreu porque queria apenas a independência da Pátria, uma nova bandeira, um novo governo instalado no seu país.

Devemos dizer que o PAIGC hoje atingido, como ontem o foi a FRELIMO na pessoa de Eduardo Mondlane, os ataques armados e conspirações contra a República da Guiné, a Tanzania, a Zâmbia, o Congo (B) e outros países irmãos, inscrevem-se numa perspectiva de liquidação da Revolução africana. É POR ESTA REVOLUÇÃO AFRICANA QUE AMÍLCAR CABRAL MORREU.

A cada fracasso e derrota, o inimigo responde com novos métodos e tácticas.

Importa encontrarmos a fórmula de ultrapassar as manobras inimigas, detectá-las quando embrionárias para as esmagarmos.

E possuímos para isso a arma decisiva: nós temos o Povo, eles não têm e nunca terão o Povo.

Quando temos o Povo e perdemos, é porque se manifesta em nós a carência ideológica, que Amílcar Cabral, já em 1966, definia como o principal ponto fraco do movimento de libertação africano. A destruição do colonialismo, do imperialismo e seus vestígios, a implantação dum poder popular que liquida todas as formas de exploração do homem, são as nossas tarefas históricas.

Como vemos, o conjunto das tarefas a serem levadas a cabo pelo movimento de libertação nacional vão muito para além da destruição física das forças vivas do inimigo, do seu material.

Não é pelo número de soldados mortos, veículos destruídos, ou aviões abatidos, que em definitivo mediremos o progresso ou recuo das nossas forças. É a implantação das estruturas populares de poder, é a consciência do Povo acerca do que são os seus interesses, é a determinação deste em defender o poder que materializa a realização dos interesses populares, é nisto que encontramos o verdadeiro significado e progresso da Revolução.

À unidade nacional, por isso, tem que se suceder a unidade ideológica, que a completa e a transforma em instrumento para a realização dos interesses das largas massas exploradas.

A unidade ideológica não surge espontânea e abstractamente, não resulta da simples leitura de bibliotecas. Ela é o fruto do engajamento nas tarefas concretas, é o resultado da prática revolucionária das largas massas.

Porque o processo da luta armada de libertação não é homogéneo em todas as partes do território nacional, acontece que simultaneamente, nos nossos países, vivemos diferentes fases. Enquanto numa zona a tarefa imediata será de desencadear a luta armada, numa segunda, a tarefa será de a enraizar, enquanto numa terceira zona o objectivo será implantar as estruturas, que tornam irreversível o processo de libertação.

Esta heterogeneidade de situações requer da direcção, dos militantes que constituem a vanguarda do combate, uma clareza ideológica sem a qual se corre o risco dum desvirtuamento da luta.

Saber quem deve exercer o poder na aldeia, e em favor de que grupo social, determinar qual o regime de propriedade, como organizar o comércio, são questões imediatas, palpáveis, que todo o Povo é capaz de compreender e assumir, se levarmos a cabo o necessário trabalho político.

Por outras palavras, podemos dizer que uma vez destruída a presença física do colonialismo, um novo conflito mais decisivo surge. A luta de classes no plano internacional, entre o nosso Povo e o inimigo colonialista e imperialista, sucede-se no plano interno, a luta de classes contra as forças nacionais com vocação exploradora.

Quer isto dizer ainda que a demarcação anterior entre colonizados e colonizadores, tem que ser completada por uma demarcação mais profunda ainda, entre explorados e exploradores.

Esta demarcação atinge todos os níveis, e primeiramente o nível ideológico e cultural.

As ideias, os valores, os hábitos, os usos e costumes, o conjunto das normas inconscientes que regulam o comportamento quotidiano do indivíduo, são expressões da ideologia e cultura da sociedade existente.

Acontece que todos nós nascemos e crescemos na sociedade exploradora, fomos profundamente impregnados da sua ideologia e cultura, por isso é-nos difícil e por vezes parece-nos impossível o combate interno, contra o que cremos constituir o nosso esqueleto moral.

Arrancar de nós a ideologia e cultura exploradora para assumirmos e vivermos, no detalhe do quotidiano, a ideologia e



O camarada Amílcar Cabral nas Nações Unidas

cultura requeridas pela revolução, constitui a essência do combate pela criação do homem novo.

Não se trata dum combate individual, do homem fechado sobre si mesmo. É um combate de massas, em que nos entregamos à crítica popular e à auto-crítica, para que o fogo destas nos purifique nos torne conscientes da via a seguir, nos encha de ódio contra os valores negativos da sociedade velha.

Quando desencadeamos este processo, por um lado implantação das estruturas populares de poder político, económico e social, e por outro, o combate pela aquisição da nova mentalidade e comportamento, abrimos as portas a contradições sérias no nosso seio.

Um descontentamento surgirá: todos os que ambicionavam explorar o povo, substituindo-se ao colonialismo, opor-se-ão a nós. Companheiros nossos da primeira hora que em princípio aceitam os objectivos populares da nossa luta, mas que na prática recusam o combate interno para mudar os seus valores e hábitos, vão-se afastar de nós, até ao ponto de desertarem, ou mesmo traírem.

Os sucessos obtidos no plano militar, a sensação da eminência da vitória, acelera-

rão o processo de descontentamento do punhado de elementos, frustrados nas suas ambições e gostos corruptos.

Cria-se pois assim a brecha, nas nossas fileiras, por onde penetrará o inimigo colonialista e imperialista.

As forças reacçãoárias, os elementos descontentes verão na aliança com o inimigo a salvaguarda dos seus interesses mesquinhos e anti-populares, o inimigo, na aliança, encontra a oportunidade de ouro para desfechar um golpe contra a Revolução.

Na fase crítica que atravessamos de agudização do conflito interno de classes e derrota militar e política do inimigo, a protecção da Revolução e dos seus dirigentes, a sobrevivência das estruturas revolucionárias e dos seus quadros, mais do que nunca, repousa nas massas populares.

É o reforço do trabalho ideológico no seio das massas que fornece ao Povo a vigilância necessária que o torna sensível ao mais pequeno desvio da linha e assim lhe permite detectar, quando ainda se encontra embrionária, qualquer infiltração inimiga e a mais pequena ofensiva ideológica dos reacçãoários.

A experiência prova que para as forças revolucionárias, as tragédias, como a de

hoje no PAIGC, a de 1969 na FRELIMO, ou ainda, o crime abortado de Novembro de 1970 contra a Revolução Guineense, constituem vacinas radicais contra a acção inimiga e reaccionária, desde que saibamos tirar as lições necessárias.

Só nós Revolucionários podemos transformar os recuos temporários em plataformas de novas ofensivas, porque só nós podemos dispor da força invencível do povo, da arma decisiva da ideologia científica das massas exploradas.

Amílcar Cabral não era só um dirigente no contexto da Guiné Bissau e Cabo Verde, mas também das colónias portuguesas.

O golpe que atingiu o PAIGC, a dor que sofre o Povo da Guiné Bissau e Cabo Verde, é um golpe que nos atinge também.

Porque ainda a acção de Amílcar Cabral não se resumia à libertação apenas da Guiné Bissau e Cabo Verde, a responsabilidade de transformar a morte de Amílcar Cabral em novo incentivo de combate recaí sobre todos nós.

As armas da FRELIMO, a luta do Povo Moçambicano pelo desenvolvimento do combate de libertação, afirmam também o nosso apoio ao PAIGC, a perenidade de Cabral.

Neste momento grave e triste, em que o inimigo colonialista aparentemente obteve uma vitória, queremos solenemente afirmar a nossa confiança total, sem reservas, no Povo heróico da Guiné Bissau e Cabo Verde, no seu grande partido, o PAIGC, forte de mais de 10 anos de experiência de luta armada, aguerrido durante mais de 16 anos pelos ensinamentos e acção de Amílcar Cabral.

Sabemos já, nos detalhes, que nas linhas da frente a dor dos combatentes, as suas lágrimas, transformaram-se em ofensivas militares contra o inimigo. Este é o sinal mais seguro da permanência de Cabral.

Viva a memória inesquecível do herói combatente e dirigente Amílcar Cabral!

Viva a luta unida dos povos da Guiné Bissau e Cabo Verde!

Viva o PAIGC!

Viva o combate libertador de Angola, Guiné Bissau e Cabo Verde, Moçambique e S. Tomé e Príncipe!

INDEPENDENCIA OU MORTE

VENCEREMOS!

SAMORA MACHEL  
PRESIDENTE DA FRELIMO

# QUEM PRATICOU O CRIME E LIÇÕES A TIRAR

Logo que tiveram conhecimento do assassinato do camarada Amílcar Cabral, os membros do Comité Central do Partido Democrático da Guiné e do Governo Guineense reuniram-se para estudarem as medidas a tomar. Foram convidados a participar nessa reunião a delegação da FRELIMO que se encontrava em visita oficial à República da Guiné e era chefiada pelo nosso Presidente camarada Samora Machel, assim como os embaixadores de Cuba e da Argélia. Foi decidido prender imediatamente todos os que participaram directa ou indirectamente no crime, e ouvir as suas declarações.

Essas declarações que os criminosos fizeram permitiram concluir que o crime foi organizado pelas autoridades colonialistas portuguesas, com o objectivo de enfraquecer a luta de libertação na Guiné Bissau e Cabo Verde. A maior parte dos criminosos eram africanos naturais da Guiné Bissau, saídos do exército colonialista, e tinham-se infiltrado nas fileiras do PAIGC sob a capa de desertores e nacionalistas. A investigação permitiu concluir que este plano colonialista de assassinato de dirigentes pela infiltração de agentes foi concebido não só em relação ao PAIGC, mas também em relação à FRELIMO e MPLA.

Esses criminosos-agentes tinham missões específicas que incluíam, além do assassinato dos dirigentes, estas outras:

- explorar o racismo, provocando a divisão entre combatentes pretos e mestiços;
- explorar o descontentamento daqueles que por indisciplina ou corrupção tinham sido punidos pelo PAIGC;
- fomentar a discórdia e oposição entre os militantes que operam no interior e os que operam no exterior;
- encorajar o tribalismo e regionalismo, etc.

Estes agentes infiltrados conseguiram estabelecer uma rede que assegurava o controle de alguns carros e dos 3 barcos de guerra do PAIGC. E no dia que eles fixaram,

ao mesmo tempo que alguns assassinavam o camarada Amílcar Cabral, outro grupo dos criminosos raptava outros dirigentes do Partido e levava-os para os barcos, que se fizeram ao mar em direcção a Bissau. Mas a Força Aérea e a Marinha de Guerra da República da Guiné perseguiram e interceptaram os barcos, e forçaram-nos a regressar a Conakry.

Um dos criminosos, de nome VALENTINO CABRAL MANGANA, que era o comandante de um dos barcos, fez declarações muito importantes; que indicam todo o processo de organização e execução da subversão, a qual visava como fim último a liquidação completa do PAIGC. Ele explicou que as autoridades colonialistas portuguesas lhe tinham dito a ele, pessoalmente, o seguinte: "Portugal está disposto a dar a independência aos nativos da Guiné Bissau, mas com estas condições:

— O PAIGC deve ser suprimido;

— Todos os cabo-verdianos devem ser excluídos do movimento nacionalista, porque Portugal quer conservar as Ilhas de Cabo Verde, que constituem para ele e para os seus aliados uma base de grande importância estratégica. Conseguido isto, Portugal dará a Independência à Guiné Bissau e concentrará as suas tropas em Cabo Verde para proteger os pretos da Guiné Bissau".

Alguns guineenses deixaram-se levar por esta manobra e aceitaram ser agentes do colonialismo, infiltrando-se no PAIGC para realizar as "condições" impostas por Portugal.

Um outro agente, LANSANA BANGOURA, confirmou o que tinha dito Valentino MANGANA e deu detalhes sobre um plano de agressão que os imperialistas preparam não só contra a República da Guiné, mas também contra a Tanzania e a Zâmbia.

— Segundo esse plano, os colonialistas tencionam provocar distúrbios nestes países, através da acção subversiva de agentes infiltrados no PAIGC, FRELIMO e MPLA.